



# O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada do Brasil na I GM

ANO 2017

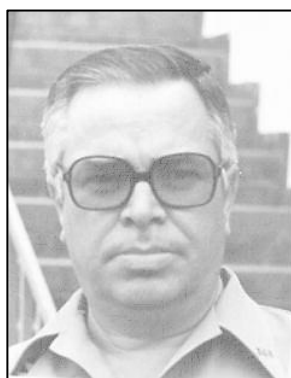
Fevereiro

Nº 197



## CENTENÁRIO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO - 10 Dez 2016

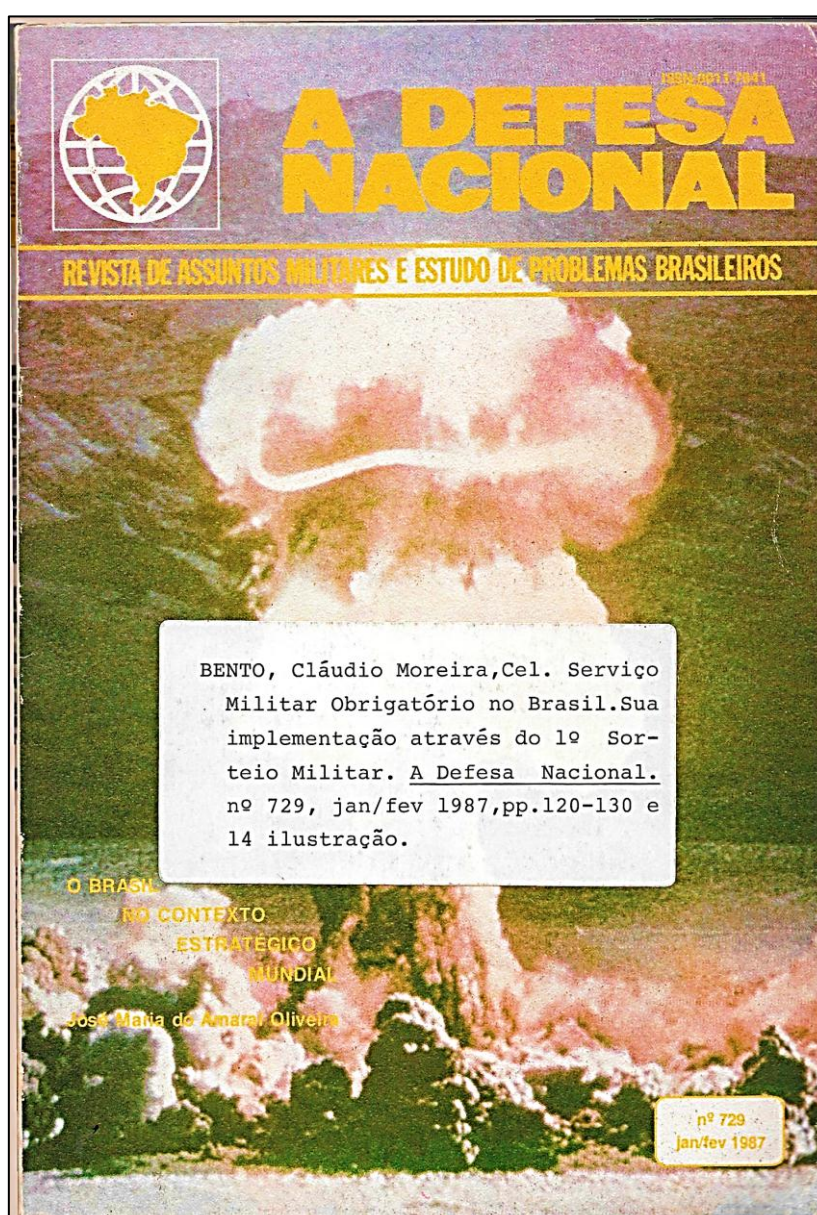
Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO



Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS), sócio benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Correspondente das Academias de História de Portugal, Espanha, Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. Integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército em 1971/74. Presidente emérito e fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, etc. Foi o 3º vice-presidente do Instituto de Estudos Vale-paraibanos (IEV) no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia, que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de

História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Cursou a ECEME em 1967/69. Foi instrutor de História Militar na AMAN de 1978/80, onde integrou comissões a propósito dos centenários de morte do General Osorio - Marquês do Herval e do Duque de Caxias. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em 1981/82. É correspondente do CIPEL, IHGRGS, Academia Sul Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

**Observação:** Este Artigo foi digitalizado para ser colocado na Internet em “Livros e Plaquetas” no site da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil ([www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)) e cópia impressa no acervo da FAHIMTB doado à AMAN e registrado em Boletim Especial. Acervo integrado ao programa Pergamum de bibliotecas do Exército.



**SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL**  
- sua implementação através do 1º Sorteio Militar -

*Pesquisa Histórica Básica - Cláudio Moreira Bento (\*)*

*Em 10 de dezembro de 1916, no antigo Quartel-General do Exército no Rio de Janeiro, na presença do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, e do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria, teve lugar a cerimônia principal do 1º Sorteio Militar no Brasil. O 1º Sorteio Militar constituiu um dos mais significativos eventos da história contemporânea do Exército. Fruto de uma longa e intensa campanha cívica, alimentada por patriotas civis e militares, ele constitui o marco inicial do serviço militar obrigatório entre nós, ponto de inflexão para o surgimento de um Exército com caráter nacional e provido de reservas suficientes e bem adestradas para atenderem à eventualidade de uma guerra.*

*Já transcorridos 100 anos da implantação do serviço militar obrigatório, evocar a cerimônia do 1º Sorteio Militar, interpretar sua significação histórica e apontar os pioneiros militares e civis que se assinalaram na vitoriosa campanha para concretizá-lo são os objetivos do presente trabalho.*

*Não obstante, acreditamos possa ele servir, também, de subsídio, em face das discussões que possam surgir, no âmbito parlamentar sobre a obrigatoriedade da prestação do serviço militar no Brasil.*



#### A CERIMÔNIA DO 1º SORTEIO MILITAR, NO RIO DE JANEIRO

O 1º Sorteio Militar foi realizado em todo o Brasil, mas a cerimônia principal ocorreu nas dependências do **Batalhão do Tiro 7**, a partir do meio-dia de **10 de dezembro de 1916**.

O **Batalhão do Tiro 7**, ex-**Clube de Tiro Federal**, foi fundado em 13 de maio de 1906, no local hoje ocupado pelo **Palácio Guanabara**, e tinha suas dependências instaladas no pavilhão dos fundos do **Quartel-General do Exército**, atual **Palácio Duque de Caxias**.

Ao ato compareceu o **Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz**. Ele chegou de automóvel ao QG, acompanhado do **Ministro da Guerra, Gen José Caetano de Faria**, e do seu **Chefe da Casa Civil, Cel Augusto Tasso Fragoso**, inspirado historiador militar, crítico e grande expoente da **Reforma Militar (1898-1945)**, desde o seu início até 1932, particularmente no período em que foi **chefe do Estado-Maior do Exército**.

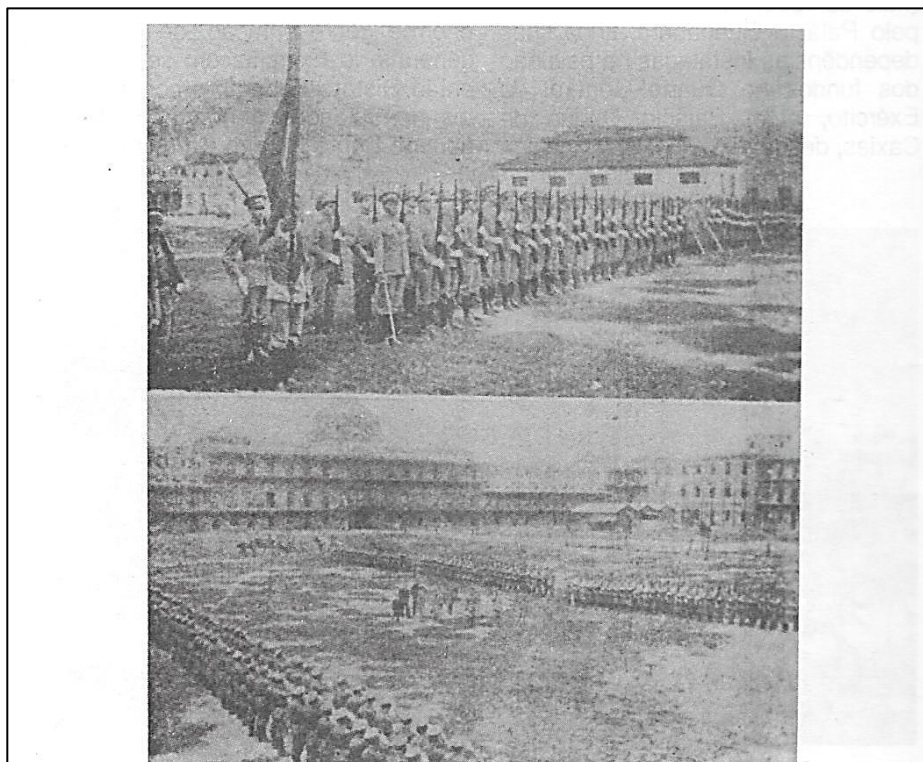
O Presidente foi saudado por enorme representação de oficiais-generais do Exército, em serviço no então Distrito Federal, e comandantes de unidades, tendo à frente o general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, descendente direto dos generais Bento Manoel Ribeiro e Victorino Carneiro Monteiro, o Barão de São Borja.



**Figura 1.** Antigo Quartel-General do Exército onde teve lugar, em 10 de dezembro de 1916, na sua parte dos fundos, o 1º Sorteio Militar no Brasil. A entrada do quartel ficava na altura do Panteon de Caxias, local onde, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Participaram da recepção o Ministro da Fazenda Lino de Matos, o Prefeito e o Chefe de Polícia do então Distrito Federal e representantes do Ministro da Marinha, da Brigada Policial, do Corpo de Bombeiros do DF e da Guarda Nacional.

O Presidente atravessou o pátio do Quartel-General a pé, entre duas alas do **Batalhão do Tiro 7**, comandado pelo 1º Tenente Ildefonso Escobar.



**Figura 2.** No dia 10 de dezembro de 1916, o Tiro 7, primeiro Tiro de Guerra organizado no Brasil, presta continência, no pátio do antigo Quartel-General do Exército, ao Presidente de República, Dr. Wenceslau Braz. Poucos minutos depois, ocorreu a cerimônia do 1º Sorteio Militar. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

**A junta do Sorteio Militar**, sob a presidência do Coronel Fredolino José da Costa e secretariada pelo Major João Veloso Ramos tinha, como membros, o Coronel da Guarda Nacional Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro, o Capitão Médico Francisco P. da Silva Reis e o Dr. Álvaro Lima Pereira, 2º Procurador da República.

A primeira célula das correspondentes a 152 alistados foi retirada, "**conforme sorte**", pelo 2º Procurador da República.

O primeiro sorteado foi **Alberto Garcia de Matos, alistado do município de Santa Rita**. O anúncio do seu nome foi saudado pelos presentes, com prolongada salva de palmas, seguida de repetidos "**vivas**" à **República e ao Exército**.

Foram sorteados **114** alistados para preencher os claros existentes nas unidades do Exército sediadas no então **Distrito Federal**. Após o anúncio do último sorteado, o Ministro da Guerra proferiu breve oração, na qual salientou que

*"a cerimônia que acabava de ser realizada era das mais importantes para a vida do Exército; não sendo possível incorporar todos os cidadãos com 21 anos, a sorte decidiu quais seriam os que prestariam serviços à instituição."*

Prosseguiu dizendo que *"a Lei que o Presidente Wenceslau Braz assistira ser ali executada estava em cogitação no Exército desde 1874, ou seja, havia mais de 40 anos"*.

Congratulou-se com o Presidente pela materialização do contido na lei, expressa na cerimônia a que o mesmo Presidente fizera questão de prestigiar com a sua presença. Referiu-se aos diretores da **Liga de Defesa Nacional** presentes que, *"com o auxílio de seus amigos da Imprensa"*, mobilizava a **Sociedade Civil** em prol daquela medida inadiável. E conclui, dizendo que, dali por diante,

*"ser soldado deixava de ser profissão, para ser cumprimento de um dever cívico."*

As células sorteadas foram colocadas em uma urna, a qual foi lacrada em suas quatro faces, com as assinaturas de todos os membros da **Junta do Sorteio Militar**. Foi lavrado um **Termo do Sorteio Militar**, igualmente assinado, com uma histórica caneta de ouro. A caneta foi trazida pelo **Cel da Guarda Nacional, Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro**. Ela pertencia a seu sogro **Marciano Augusto Botelho de Magalhães** que, como **Capitão Diretor do Arsenal de Guerra**, a recebera de presente dos seus funcionários.

**Marciano, como Capitão, e seu irmão Benjamim Constant, como Major**, integraram a diretoria do **Clube Militar** (fundado em 26 de junho de 1887), respectivamente como **2º Secretário e Tesoureiro**. A caneta serviria, mais tarde, para Benjamim Constant firmar seus primeiros atos como **Ministro da Guerra**.

O Presidente Wenceslau Braz retirou-se do local do 1º Sorteio Militar, atravessando novamente o pátio central, a pé, rumo ao Portão das Armas, entre duas alas do Batalhão do Tiro 7, que lhe prestou as honras de estilo, ao som da **Marcha Batida**, seguida do **Hino Nacional**. No Portão das Armas, aguardava-o o seu automóvel.

## **O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, UMA ÁRDUA CRUZADA CÍVICA**

Terminada a Guerra do Paraguai, a operacionalidade do Exército, por razões alheias à Força Terrestre, caíra a níveis críticos, não só para a **defesa externa**, como para a **defesa interna** do País. A ausência de **poder dissuasório** para assegurar a paz e a tranquilidade da sociedade era um estímulo a **frequentes ameaças à segurança interna**. Seu pálido desempenho nas **Revoluções Federalista e da Armada (1893-1885)** e na **Revolta de Canudos (1896/97)** fora eloquente. Era imperativo modificar esse quadro adverso, e dar ao Exército condições para assimilar as modificações impostas pelos avanços da **arte e ciência da guerra**.

A **Revolução Industrial** produzira a máquina a vapor que, movimentando trens e navios, levava a guerra, antes circunscrita aos campos de batalha, a amplas faixas terrestres e marítimas e permitira a produção, em série, de munições e armamentos que permitiram urna densidade de fogos de superfície jamais imaginada. De sua parte, a **Guerra Franco-**

**Prussiana** demonstrara que as futuras guerras seriam travadas por cidadãos comuns, convocados obrigatoriamente e submetidos a um treinamento prévio, e que os exércitos em confronto deveriam dispor de reservas de cidadãos já adestrados para o serviço militar.

No **Brasil**, a última manobra do Exército havia sido realizada em **Santa Cruz**, em 1885, sob o comando do **Conde D'Eu**. Os soldados eram profissionais, recrutados voluntariamente. Eles faziam, do serviço militar, um meio de vida. Seu nível de cultura era baixo e possuíam as mais variadas idades, o que tomava impossível aumentar a operacionalidade da Força ao nível da **doutrina militar** aspirada. Não existiam reservas no padrão exigido por essa mesma doutrina, ou seja, previamente adestrada, para o serviço militar.

O **serviço militar obrigatório no Brasil** foi, assim, uma imposição da expressiva evolução da **Doutrina Militar**, conseqüente da **Revolução industrial**, e destinava-se a viabilizar a existência de uma compatível e bem adestrada **reserva ao Exército**, nos moldes das disponíveis pelos exércitos capacitados a enfrentar as exigências da guerra em suas novas dimensões.

A ideia data de 1874, e os constituintes de 1891 demonstraram tê-la absorvido, ao criarem a figura do "**cidadão soldado**" e ao introduzirem, na constituição que elaboraram, que "**todo brasileiro é obrigado a prestar o Serviço Militar**" (Artigo 86). A regulamentação desse artigo, porém, demoraria **17 anos**, percorrendo uma longa caminhada, cujos passos principais merecem ser evocados.

Ao término da **Revolta na Armada**, o Capitão Tasso Fragoso, um dos seus heróis, gravemente ferido, foi enviado à Alemanha, em missão militar. Ele aproveitaria a estada em solo germânico para submeter-se à correção cirúrgica de uma seqüela conseqüente de ferimento recebido. Observador perspicaz, ficou chocado com o grande fosso percebido entre a **doutrina militar vigente na Europa** e a **praticada no Brasil**. Sobre o assunto, produziu alguns artigos para a "**Revista do Brasil**". E um deles acabou concorrendo para a criação do **Estado-Maior do Exército, em 24 de outubro de 1896** - pouco menos de um mês antes, convém lembrar, da trágica participação do **Exército em Canudos**, quando uma companhia, sob o comando do **Tenente Pires Ferreira**, foi destruída em **Uauá** (21 de novembro).

O Estado-Maior do Exército teve seu regulamento assinado em **6 de janeiro de 1899** e foi instalado em **29 de janeiro** desse mesmo ano. Essa data assinala o marco inicial da chamada "**Reforma Militar**" (1899-1945), que transformou os baixos índices de operacionalidade do **Exército de Canudos** nos índices de sua honrosa participação na **Segunda Guerra Mundial**, nos campos da Itália, através da **Força Expedicionária Brasileira**.

De 1899 a 1910, a "**Revista Militar**", editada pelo **Estado-Maior do Exército**, defendeu a ideia do serviço militar obrigatório como fundamento do

"Plano de Reforma do Exército", elaborado, em 1900, pelo Ministro da Guerra Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet - dando ao Exército uma feição com todas as características do povo brasileiro".

Em **7 de maio de 1901**, em "**O País**", o 1º Tenente Raimundo Pinto Seidl, que mais tarde comandou a **Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**, demonstrou a necessidade do **Serviço Militar através do Sorteio Militar**, como melhor forma de assegurar a "**Defesa Nacional**".

Nesse mesmo ano sobressai, também, como paladino, em defesa do serviço militar obrigatório na reorganização do Exército, Armando Duval Sérgio Ferreira. De certa forma, foi ele porta-voz autorizado dos **marechais Mallet e Cantuária** e tinha grande afinidade

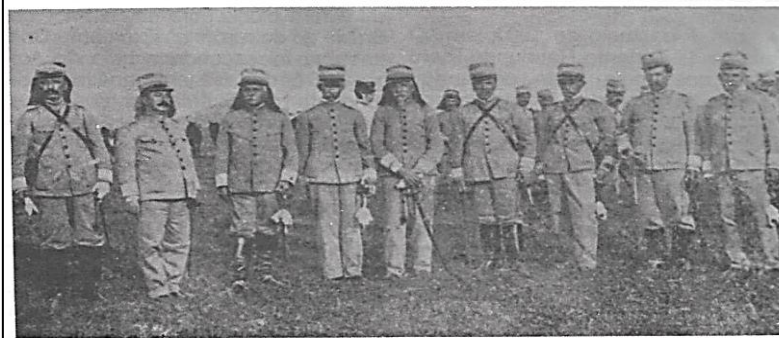
com **Tasso Fragoso Duval** vivera na Alemanha, de 1902 a 1907, como integrante de comissão para compra de armamento, e mais tarde, de 1912 a 1914. **Os primeiros canhões Krupp** do nosso Exército resultaram das negociações que promoveu.

Sua concepção era a dos "**Exércitos Regionais**", da forma como hoje se constata - os quadros se movimentando por todo o país e os conscritos servindo próximo de suas moradias e constituindo reserva das unidades onde prestaram o **serviço militar obrigatório**. Preconizava, ainda, "**os políticos deixando o Exército livre de interferência e este deixando de imiscuir-se em política**", pensamento do qual participava o **Marechal José Caetano de Faria**, Ministro da Guerra que implantou o **serviço militar obrigatório no Brasil**.

Em 1904, o General de Brigada Luiz Mendes de Moraes, em "**Reforma do Exército**", fez um apelo aos seus companheiros, no sentido de que fosse reformulado o ensino no



**Figura 3.** O General Hermes da Fonseca, comandante do 4º Distrito Militar (atual 1ª RM), realizou, em 1905, no Campo dos Cajueiros, em Santa Cruz, RJ, as primeiras manobras no Exército desde 1875. (Alegoria contida em *História do Exército Brasileiro*. Vol 3.)



**Figura 4.** Aspecto das Manobras de Santa Cruz do 4º Distrito Militar. Na foto, os comandantes dos Corpos da Divisão de Manobras. À esquerda, o consagrado cientista, companheiro de Osvaldo Cruz, Cel. Méd. Dr. Ismael da Rocha, Chefe do Serviço de Saúde. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Exército, que considerava "**questão de vida e morte para os destinos do Brasil e do próprio Exército**". Seu trabalho foi secundado pelo de Augusto Sá, que fez uma análise contundente do Exército e dos seus quadros, propondo como reorganizá-lo. Esses dois trabalhos **sacudiram o Exército**, na época, e contribuíram, em função, particularmente, **das revoltas nas escolas da Praia Vermelha e do Realengo** (comandada por Hermes da Fonseca), para a adoção do **Regulamento do Ensino do Exército, de 1905**. Ele marcou o ponto de inflexão do "**bacharelismo**" para o "**profissionalismo**", cuja encruzilhada, na prática, materializou-se no ensino da **Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1911)**, que produziu os oficiais que iriam

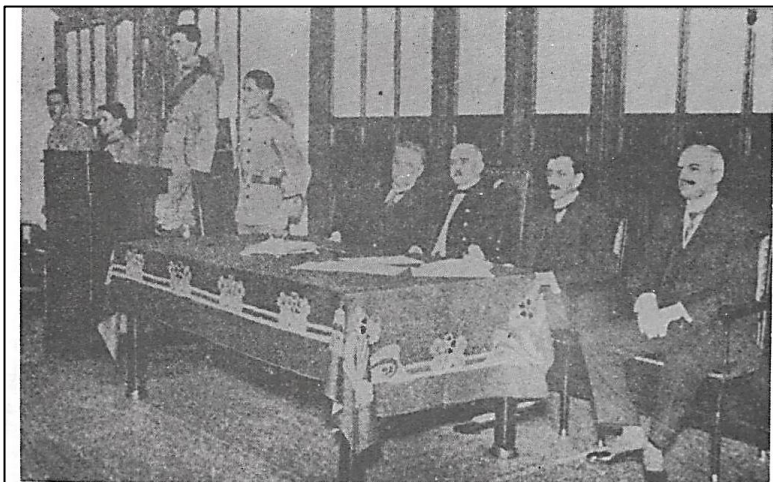
dinamizar e consolidar a "**Reforma Militar**".

Foi, em 1905, na gestão do Ministro Argolo, que o General Hermes da Fonseca assumiu o comando do 4º Distrito Militar (atual 1ª Região Militar) e deu início às históricas manobras do Curato de Santa Cruz, no Campo dos Cajueiros, cedido ao Exército pelo suíço naturalizado Ernest Durish, grande amigo do Exército e do Brasil e um dos grandes nomes da construção da "Defesa Nacional".

Essas manobras despertariam e evidenciariam grandes vocações de soldados entre os que delas participaram como instrutores dos Tiros de Guerra, criados, a partir de 1906, como solução inicial para prover o Exército de reservas organizadas. Muitos deles foram, mais tarde, frequentar cursos na Alemanha e, de retorno, fundaram a nossa

revista, *A Defesa Nacional* (1913), a cujo esforço patriótico viria juntar-se a sociedade civil, através da "Liga de Defesa Nacional", criada em 7 de setembro de 1916.

A ação de "A Defesa Nacional" em favor do serviço militar obrigatório foi decisiva,



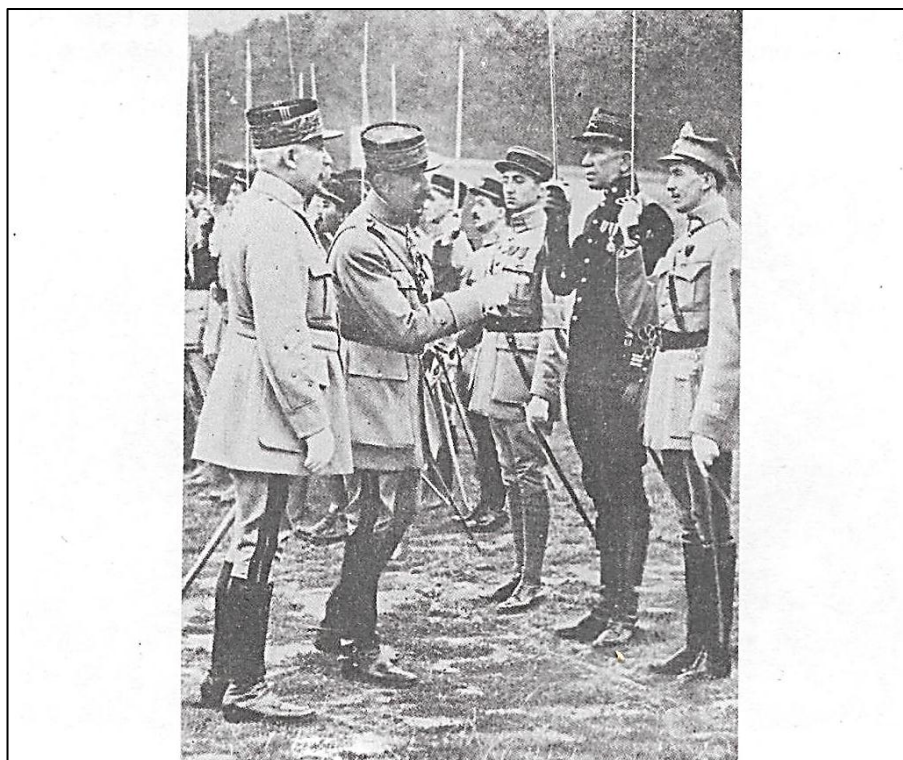
**Figura 5.** Fundação da Liga de Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional. A mesa está constituída, da esquerda para a direita, pelo Dr. Pedro Lessa, presidente da mesa, Marechal Caetano de Faria, Ministro da Guerra, Dr. Olavo Bilac, Secretário da Liga, e Dr. Miguel Calmon, Vice-Presidente. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

principalmente através dos editoriais corajosos elaborados pelos "jovens turcos" Basílio Taborda, Maciel da Costa e Parga Rodrigues, de agosto a dezembro de 1916.

Foi na cidade gaúcha de Rio Grande que o patriota Antonio Carlos Lopes, farmacêutico, entusiasta da "Defesa Nacional" e da ideia do "cidadão-soldado", organizou a primeira "Sociedade de Tiro", com fuzil de guerra, e publicou o livro *O Tiro Brasileiro*.

Inspirado nessa iniciativa pioneira, o General Hermes da Fonseca idealizou a

"Confederação do Tiro Brasileiro", projeto transformado em lei em 5 de setembro de 1906. Antonio Carlos Lopes foi seu primeiro diretor e a tornou uma realidade. Cinco meses antes da criação da Confederação, foi fundado, no local onde hoje se situa o Palácio Guanabara, o "Clube do Tiro Federal", usando fuzis de guerra. Ele foi inspirado no modelo de "Defesa Nacional" da Suíça, trazido pelo Dr. Furquim Werneck, antigo prefeito do Rio de Janeiro, e por Ernest Durish, respec-



**Figura 6.** O 1º Tenente Ildefonso Escobar aparece na foto (uniforme escuro) cursando a Escola de St. Cyr, onde se destacou entre 1.100 oficiais de várias nações. Ele está sendo apresentado, ao Marechal Petain, pelo comandante da escola. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

tivamente primeiro e segundo presidente da entidade, que seria transformada em "Tiro 7", ao comando do Tenente Ildefonso Escobar.



Sob a presidência de Ernest Durish, o Tiro 7 atingiu grande desenvolvimento e seu exemplo foi seguido em todo o Brasil. Com ele, pela primeira vez, passou a ser solucionado

o crucial problema para a reserva do Exército profissional, embora de forma romântica.

Por essa época, foi também criada a figura do "Voluntário de Manobras", destinado a aumentar o efetivo do Exército profissional, por ocasião de manobras. A prática nelas adquirida credenciava o voluntário a ser liberado do serviço militar e a integrar a reserva.

Muitos cariocas, estudantes de diversos níveis, participaram des-

sa modalidade de prestação do serviço militar. Entre eles, o filho do Barão do Rio Branco, nosso grande estadista, historiador e diplomata. Rio Branco acreditava que



**Figura 8.** O Marechal Hermes posa, na porta do Palácio do Catete, ao lado de seu filho e ajudante-de-ordens, 2º Tenente Mário Hermes, tendo na mão esquerda o decreto nº 1860 da Lei do Serviço Militar Obrigatório, que acabava de ser assinado pelo Presidente Afonso Pena. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

*"a neutralidade de um país não subsiste sem força armada que a sustente" e que, "na ordem internacional, a maior prova de sensatez e inteligência é sustentar as boas intenções (inclusive pacifistas) com as melhores forças armadas possíveis", e mais, que "o primeiro direito de um povo na paz é ser livre", e ainda que, "na ordem internacional, ser livre é condição que exige alto preço e sacrifícios na manutenção de forças armadas à altura de assegurar a liberdade de um país considerado."*

Em 10 de outubro de 1906, o patriota Alcindo Guanabara, jornalista e deputado federal pelo então Distrito Federal, apresentou o projeto da Lei do Sorteio Militar. Coadjuvaram-no na defesa do projeto os senadores Soares dos Santos, do Rio Grande do Sul, e

Fernando Mendes, do então Distrito Federal, e os deputados federais Jayme Darcy, do Rio Grande do Sul, Carlos Peixoto Filho, do Maranhão, e Fernandes Mendes, do Rio de Janeiro.

O apoio parlamentar da bancada do Rio Grande do Sul, a histórica "fronteira do vaivém", recém-talado pela sangrenta Revolução de 93, foi eloquente. Urgia reformular a Defesa Nacional, para poupar a sociedade civil de revoluções sangrentas, como a Federalista, que envolvera os estados sulinos.

A Lei do Serviço Militar Obrigatório, através do Sorteio Militar, foi promulgada em 4 de janeiro de 1908, graças ao apoio decisivo do Presidente Afonso Pena e do Senador Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul.

Nessa época surgiu, em Pernambuco, onde o espírito da nacionalidade brasileira floresceu e, com ele, o espírito do Exército Brasileiro na Insurreição Pernambucana (1645-1654) e nas memoráveis batalhas dos Guararapes a atuação em prol do serviço militar obrigatório, através do grande patriota, jornalista e historiador Mario Mello. Foi ele, no Nordeste, o grande apóstolo da organização da "Defesa Nacional", a qual reconhecia extremamente débil e incompatível com a posição do Brasil no cenário internacional ou, como hoje se diria, "sem condições de propiciar soberania necessária ao governo, para estabelecer acordos e enfrentar antagonismos".

Em 25 de novembro de 1908, foi organizada a primeira "Reserva do Exército", na Exposição Nacional da Praia Vermelha. Ela foi constituída pelo Batalhão de Atiradores do Tiro.

O Marechal Hermes da Fonseca veio a candidatar-se à Presidência da República. O maior alvo da oposição contra sua candidatura foi o projeto de organização da Defesa Nacional, apoiada no Sorteio Militar. Muitos investiram contra ele, das tribunas, pela imprensa e até no seio do Exército, onde a inovação não era bem vista em certas áreas, por romper tradição quase secular. E tudo foi feito para retardar, burlar e, até, inquinar de inconstitucional a nova lei. Por suas políticas de salvação nacional, o confronto de Hermes com as oligarquias estaduais acabou por inviabilizar a implantação da Lei do Serviço Militar Obrigatório durante seu período de governo.

A lei, cuja execução foi retardada durante oito anos, até 10 de dezembro de 1916, foi implantada pelo Presidente Wenceslau Braz, vice-presidente de Hermes da Fonseca, e pelo General Caetano de Faria, seu Ministro da Guerra e que tinha sido chefe do Estado-Maior do Exército, no período presidencial de Hermes.

À implantação da Lei do Sorteio Militar para a prestação do serviço militar obrigatório, seguiram-se dois atos de grande repercussão na "Reforma Militar", de molde a concentrar, sob o controle do Exército, através do seu estado-maior, para fins de adestramento, uniforme e organização de uma reserva, toda a força militar terrestre.

O primeiro refere-se à Guarda Nacional, existente desde 1831, que passava a subordinar-se ao Exército, como tropa de 2ª linha, até ser extinta, em 1918, com aproveitamento, na reserva, de oficiais que satisfizessem certos parâmetros. O segundo foi a incorporação das polícias militares como forças auxiliares do Exército.

O problema da formação de oficiais da reserva foi solucionado, pouco mais tarde, com a criação dos Centros de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).



**Figura 9.** 1908, 29 de novembro, bar da Exposição Nacional da Praia Vermelha. O Mal. Hermes conversa com o Cel. Ernest Durish, presidente do Tiro Federal. Nesse dia o Ministro da Guerra, em cerimônia de rara beleza e civismo, entregou o Pavilhão Nacional ao "Batalhão de Atiradores". (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Por ocasião do centenário da Independência, decorridos quase cinco anos do 1º Sorteio Militar, a feição do Exército pode ser avaliada pelo texto abaixo, extraído do livro histórico do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, que fora transferido para Itajubá, fazia três anos, atendendo à indicação do Presidente Wenceslau Braz. Assim escreveu o comandante da unidade, em grafia aqui conservada:

*A situação (do Exército - adendo nosso) no ponto de vista de eficiência é florescente. Ahi estão: a sua organização, à*

*moderna, para a paz e para a guerra; a sua instrução talhada em novos moldes que vem dos ensinamentos da convulsão mundial; o seu aparelhamento, oriundo do que de melhor produzem os centros da bellotechnica; o seu aquartelamento em casernas higiênicas e ricas de conforto, distribuídas pelas regiões militares; os arsenais para o reparo e o fabrico de armas, as fábricas de munições, os carros de assalto, as esquadrilhas aéreas, as escolas de Estado-Maior e de Aperfeiçoamento de Oficiais, a de Sargentos instructores, os exercícios de quadros, as manobras da 3ª Região, a concentração rápida que teve lugar por ocasião da alteração da ordem num dos estados do norte, a convocação fructuosa de várias classes de reservistas para a parada do Centenário.*

*Tudo isto, material, pessoal, instituições, causas e efeitos, denotam que o Exército está em bom pé e se prepara, graças à patriótica orientação do actual governo da República, para o desempenho de sua elevada e sacrossanta missão - a segurança da Pátria.*

*E vós meus camaradas mineiros, filhos destas imponentes montanhas da Suissa Brasileira, berço do pró-martyr da República, o Tiradentes, vós mesmos sois um atestado do aperfeiçoamento de nossas instituições, com o vosso aspecto uniforme, sobretudo pelos característicos da idade, imprimis um cunho do Exército moderno que se recruta nos seios da Sociedade, grupando em classes os seus jovens concidadãos, fazendo desaparecer das fileiras o velho soldado profissional ou mercenário.*

## O 1º SORTEIO MILITAR, SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Em 10 de dezembro de 1916, quando ia acesa, na Europa, a 1ª Guerra Mundial (1914/18) e fazia cerca de 50 dias que o Presidente Wenceslau Braz solucionara a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, motivadora da "Revolta do Contestado" (1912/11), teve lugar, em todo o Brasil, o 1º Sorteio Militar. Foi ele, como já se disse, o marco inicial do serviço militar obrigatório, há 70 anos em vigor no Brasil, e ponto de inflexão para o moderno Exército Brasileiro (ativo e da reserva), com caráter nacional e de autêntica representação do "povo em armas", no qual ser soldado deixou de ser profissão, mal vista pela sociedade civil, para se constituir em sagrado dever cívico, relacionado com

a Defesa Nacional. Foi, sem dúvida, o mais importante evento da "Reforma Militar" (1899-1945), por suas benéficas projeções.

O Brasil foi das últimas nações a adotar o serviço militar obrigatório, decorrência, como foi ressaltado, da Revolução Industrial. Esta provocou uma grande sofisticação na arte e ciência da guerra. Sofisticação que impôs, aos exércitos modernos, uma poderosa, bem treinada e articulada reserva nos seus efetivos de paz. Sofisticação que tornou a organização militar de um país um problema complexo, envolvendo todas as suas forças vivas, ao lado de longa e cuidadosa preparação, no tocante à estruturação, equipamento, instrução e motivação do seu Exército - seja visando ao seu emprego na eventualidade de um conflito, seja, em particular, como penhor da paz, como elemento dissuasório no quadro internacional, para, como preconizou o Barão do Rio Branco, poder o país "desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabe no convívio das nações."

A sofisticação em apreço tornou inviável, para o Brasil, recorrer à Guarda Nacional, às polícias estaduais e aos heroicos Batalhões de Voluntários da Pátria que, engrossando as fileiras do Exército Imperial, tiveram participação memorável no esforço de guerra que culminou com a vitória aliada na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Por outro lado, tornou-se inviável também, do ponto de vista do nível de operacionalidade desejável e pelos altíssimos custos decorrentes, recorrer-se a soldados profissionais para integrarem um Exército volumoso, mantido sempre, como necessário, em seu efetivo de guerra.

Não existe nação, por mais poderosa que seja, que consiga manter um exército profissional nas dimensões que atendam a todas as suas necessidades. Tal solução tem sido ainda evitada, politicamente, pelo perigo de uma força assim constituída tornar-se casta, sem caráter nacional e raízes na sociedade civil, divorciada das aspirações populares. A História, a mestra das mestras, está cheia de exemplos de exércitos profissionais, destinados à defesa da Sociedade civil, que se transformaram, por alguns dos seus chefes, em instrumento para subjugar-la.

De resto, o sistema do soldado profissional experimentado pelo Brasil, de 1870 a 1916, não resistiu ao advento da Revolução Industrial. Mesmo os pequenos efetivos fixados pelo Exército deixaram de ser atendidos, pela inexistência de voluntários em número suficiente. O estágio do desenvolvimento da economia do país já oferecia opções profissionais mais vantajosas que a profissão militar. A solução brasileira adota um sistema misto.

Uma parte do Exército é profissional, constituída de oficiais e sargentos recrutados por meio de concursos de seleção, rigorosos e democráticos, a que podem concorrer todos os segmentos da sociedade civil. Eles percorrem uma carreira normal, ao término da qual passam a integrar a reserva, até uma idade-limite que os incompatibilize para operações bélicas.

A outra parte é de conscritos. Eles são recrutados para prestar um ano de Serviço Militar, ao fim do qual integrarão a reserva, como soldados, cabos ou sargentos egressos das unidades militares, soldados egressos dos Tiros de Guerra e oficiais egressos dos CPOR e NPOR.

Essa imensa massa que integra a Reserva do Exército é realimentada anualmente, pelos que concluíram seu tempo de serviço na ativa, como profissionais, ou pelos que terminaram o serviço militar obrigatório, como conscritos.

O sorteio militar, inaugurado em 10 de dezembro de 1916, propiciou, dessa forma, ao Brasil, um Exército de paz compatível e um enorme Exército em reserva, capazes de atuar como elemento de dissuasão ou de alimentar um esforço de guerra prolongado, na eventualidade indesejável da ocorrência desse fenômeno sempre presente e vivo na História da Humanidade.



**Figura 10.** Dr. Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, Secretário da Liga de Defesa Nacional, de ação decisiva na ar-regimentação da sociedade civil brasileira, pró-implantação de serviço militar obrigatório, razão por que foi consagrado "Patrono do Serviço Militar". (Fonte: *História do Exército Brasileiro*, vol. 2.)

Sendo o Brasil, por tradição, um país que não alimentou, nem alimenta, sonhos de conquista, os integrantes do seu Exército (ativa e reserva), como parcela armada do povo brasileiro, não desejam a guerra. Aspiram que ela nunca aconteça. Mas cabe-lhe o dever cívico, e disso estão conscientes, de não perderem um só minuto no seu preparo, da melhor forma possível, para a defesa do Brasil na eventualidade de um conflito bélico.

Podem ser que alguns entendam que a realização de um soldado seja participar de uma guerra. No caso do soldado brasileiro, sua realização é a conquista e manutenção da paz, fiel ao pensamento: "Se queres a paz, prepara-te para a guerra".

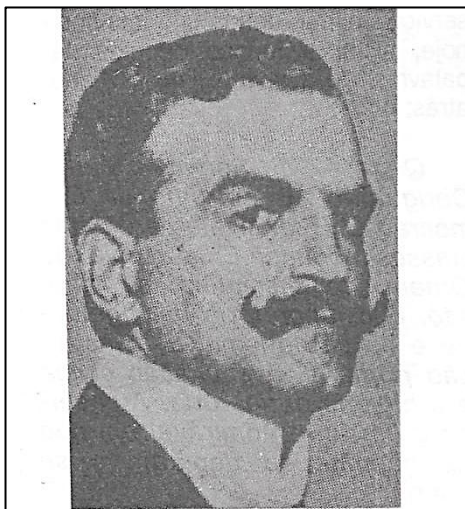
***O que é o Serviço Militar Obrigatório? É o triunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e se apuram.***

Para confirmá-lo, basta consultar o imenso contingente de brasileiros que, desde 1916, tem cumprido o sagrado dever cívico do serviço militar. Quando nada, é uma forma justa de imposto social, em benefício da segurança do país. O cidadão paga-o durante um ano e desfruta, por todo o resto da vida, do benefício que os conscritos que o precederam e daqueles que o sucederão no serviço militar lhe proporcionam.

Hoje o serviço militar obrigatório, com as correções nele introduzidas desde sua adoção, mobiliza um contingente de cerca de um milhão e meio de jovens alistados anualmente. Destes, somente cerca de cem mil são incorporados às fileiras do Exército. E o Exército tem sabido ser flexível em seu processo de seleção dos conscritos, de modo a conjugar os interesses seus com os da sociedade civil a que serve.

Em decorrência da revolução tecnológica, ele terá agora, como os demais exércitos do mundo, de recrutar, seguramente, expressiva parcela de soldados com alto nível de escolaridade, para operarem os equipamentos de alta tecnologia que, a cada instante, estão sendo postos nas mãos do combatente militar. E, mais uma vez, o Exército e a sociedade deverão saber encontrar o ponto de equilíbrio que atenda às aspirações e necessidades mútuas, sem modificar o serviço militar obrigatório em vigor - não por capricho ou teimosia, mas por imposição da soberania e seguranças nacionais.

## O 1º SORTEIO MILITAR, ALGUNS DOS SEUS GRANDES BENEMÉRITOS E ALGUMAS SUGESTÕES DE RECONHECIMENTO A SALDAR.



**Figura 11.** O Dr. Miguel Calmon Du Pin Almeida ocupa local de relevo na vitoriosa campanha pró-instituição do serviço militar obrigatório, para a qual concorreu com o seu imenso patriotismo e parte de seu patrimônio. (Fonte: CALMON. *Miguel Calmon* e FONSECA et ESCOBAR. *Primórdios da Organização da Defesa Nacional.*)

Na cruzada em defesa do serviço militar obrigatório, poder-se-ia destacar, como grandes beneméritos:

- muitos já citados no corpo do presente trabalho;
- na Imprensa, Osmundo Pimentel, Jarbas de Carvalho, Castelar de Carvalho, Mario Cardoso e Ernâni Figueira;
- na sociedade civil brasileira, Furkim Werneck, Afonso Viseu, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ernest Durish, Pedro Lessa e Olavo Bilac;
- no Congresso Nacional, deputados Alcindo Guanabara, Jaime Darcy, Carlos Peixoto Filho e Elísio de Araújo e senadores José Gomes Pinheiro Machado, Soares dos Santos e Fernando Mendes.

É possível que, algum dia, o 1º Tenente Ildelfonso Escobar seja consagrado "Patrono dos Tiros de Guerra do Brasil", por sua atuação decisiva e marcante na implantação desse tipo de instituição, inspirada em modelo SUÍÇO, no Brasil.

De igual forma, é possível que o Presidente Wenceslau Braz e o general José Caetano de Faria, responsáveis diretos pela implantação do serviço

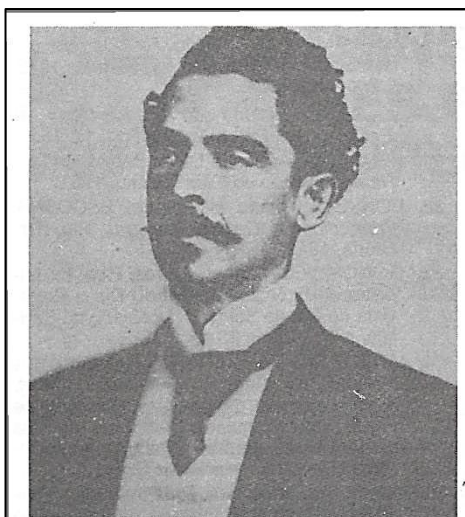
militar obrigatório, venham a receber, do Exército, homenagem consagrada merecida.

De longa data, a comunidade civil de Itajubá pleiteia que seja dado, ao 4º Batalhão

de Engenharia de Combate, o nome histórico de "Batalhão Wenceslau Braz", considerado "a menina dos meus olhos" pelo presidente ilustre, em razão de ele o haver pleiteado para ali aquartelar-se.

Caetano de Faria é hoje o nome do edifício onde está aquartelada a Polícia de Choque do Rio de Janeiro. Existem intenções de homenageá-lo dando seu nome ao Campo de Instrução de Gericinó ou, ainda, tornando-o Patrono da Aviação do Exército. Foi durante sua gestão como Ministro da Guerra que, pela primeira vez na América do Sul, na "Campanha do Contestado", o avião foi usado em operações militares, bem como foram lançados os fundamentos que tornaram possível a criação da Escola de Aviação do Exército, em 1919.

De igual forma, é possível que, um dia, o Exército venha a adotar, como "Patrono do Serviço Militar do Exército", o patriota Miguel Calmon Du Pin e Almeida, por sua ação decisiva e exemplar, memorável e inesquecível, na "Liga de Defesa Nacional", durante a campanha nacional de convencimento da sociedade civil em apoio à adoção do serviço militar obrigatório. É o que nos confirma a



**Figura 12.** Na difícil luta para tornar realidade o serviço militar obrigatório, não podem deixar de ser ressaltadas as ações decisivas do senador, pelo Rio Grande do Sul, José Gomes Pinheiro Machado, veterano da guerra do Paraguai e comandante de forças no combate à "Revolução Federalista" de 1893. (Fonte: *História do Exército Brasileiro.*)

leitura de sua biografia, escrita por seu afilhado, professor Pedro Calmon, outro grande amigo do Exército.

**Nota.** O presente artigo foi composto com base em trabalho realizado pela "Comissão de Pesquisa Histórica Básica" de A Defesa Nacional, em seu terceiro ano de atividade, assinado por seu presidente, Coronel Cláudio Moreira Bento. A interpretação por ele traduzida valeu-se das seguintes fontes, que poderão fornecer maiores detalhes sobre o assunto.

## **BIBLIOGRAFIA**

1. AMAN - História da Doutrina Militar. Barra Mansa: Gazetilha, Curso de História, 1979. p. 69-77.
2. Memórias do Gen Francisco Paula Cidade. Rio de Janeiro: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO - Arquivo Seletivo.
3. Dossiê da Confederação de Tiro A Defesa Nacional, dez. 1918, p. 106-109.
5. 4º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE. Síntese Histórica. - 1912-83. Itajubá, 1983.
6. BENTO, Claudio Moreira, Cel. Paula Cidade - um soldado a serviço do Exército. In: A Defesa Nacional nº 705, 1983, p. 13-32.
- 7.\_\_\_\_. Centenário do Gen Bertoldo Klinger. In: A Defesa Nacional nº 711, 1984, jan./fev. p. 5-16.
- 8.\_\_\_\_.Reunião do Clube Militar para a fundação de A Defesa Nacional. In: A Defesa Nacional nº 715, 1984,set./out. p. 168-169.
- 9.\_\_\_\_.O Poder Nacional e o estudo crítico da História Militar. In: A Defesa Nacional nº 717, 1985, jan./fev. pp. 75-81.
- 10.\_\_\_\_. Mar José Caetano de Farias. In: A Defesa Nacional nº 725, 1986, mai./jun.
- 11.\_\_\_\_.Integração Quartel - Pais -Conscritos. In: Revista Cultura Militar, EME, 1973.
- 12.\_\_\_\_.Influências estrangeiras no Exército Brasileiro. In: A Defesa Nacional, 1985.
10. CARVALHO, Estevão Leitão de. O Voluntário no Exército. In: A Defesa Nacional nº 10, nov. 1913, p. 42-43.
11. COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: O Exército na Política e na Sociedade Brasileira. Rio: Ed. Forense, 1976.
12. A DEFESA NACIONAL. Editorial. A Organização Nacional. 1916, p. 177-179.
- 13.\_\_\_\_.Editorial. Recuar é covardia. Set/1916, p. 369-371.
- 14.\_\_\_\_.Editorial. Avante, Custe o que Custar. Out/1916, p. 1-3.
- 15.\_\_\_\_.Editorial. A Grandeza Nacional e o Momento Militar, Nov 1915, p. 49-51.
- 16.\_\_\_\_.Editorial. Plantar para o Inimigo, Jul. 1916, p. 312.
- 17.\_\_\_\_.Editorial. Indústria Nacional, Mar. 1917, p. 250.
18. Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. Brasília: SERGRAF, 1972, v.2, p. 801-804.
- 19.\_\_\_\_. História do Estado-Maior do Exército. Rio: BIBLIEx, 1984, pp. 12-15.
20. FERREIRA, Armando Duval Sérgio, 1ºTen. Reorganização do Exército. Rio: 1901.
21. FONSECA, Mário Hermes et ESCOBAR. Primórdios da Defesa Nacional. Rio: Tip. Glória, 1943.
- 22, GONÇALVES, Leônidas Pires, Gen Ex Ministro do Exército. Ordem do Dia e Entrevista no Dia do Soldado. Noticiário do Exército, nº 9, 7.683, de 25 ago. 1986.
23. MINISTÉRIO DE EXÉRCITO. Relatórios dos Ministros da Guerra, 1900-1922: Mallet, Argolo, Hermes da Fonseca, Caetano de Farias, Souza Aguiar e Calógeras, na Sala de Ministros da Guerra e Patronos do Exército, no Arquivo Histórico do Exército.

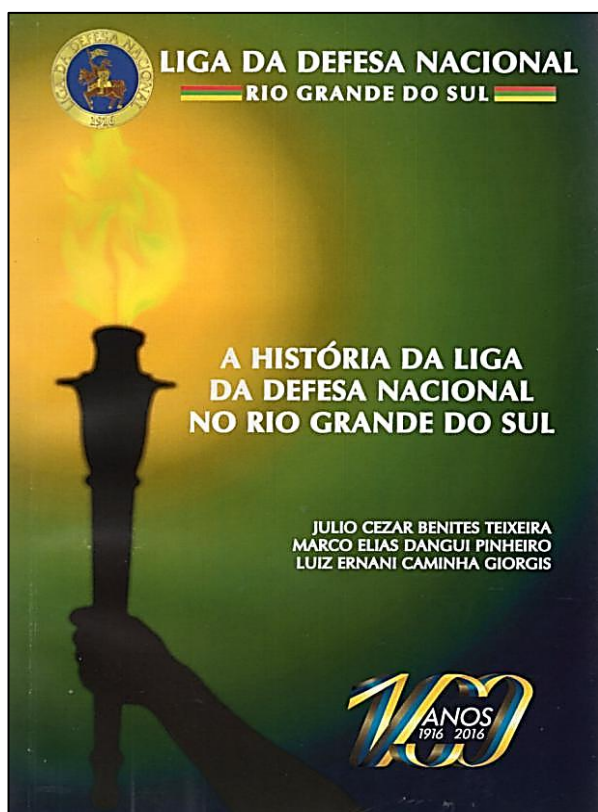
24. REVISTA DO CLUBE MILITAR. O Arquivo Histórico do Exército e a Memória da Força Terrestre. Rumo, nº 9, 276, 1986, p. 17-20.
- 27 SÁ, Augusto da Silva, 1º Tem. Exércitos Regionais ou Problemas de uma Organização para o nosso Exército. Porto Alegre, 1905 (Era Aj O do Cmt da Região).
28. SECRETARIA-GERAL DO EXÉRCITO. Anais do Exército Brasileiro. Rio, BIBLIEx, 1938/39/40, 3 vols.
29. SANTOS, Francisco Ruas. Coleção Bibliográfica Militar. Rio, BIBLIEx, 1961.
30. Índice de A Defesa Nacional, 1913-57, no Arquivo Histórico do Exército.
30. SENA, Davis Ribeiro de, Cel. Serviço Militar Obrigatório e Exército Profissional. A Defesa Nacional nº 715, set/out/84, p. 29-39.

### Nota do autor em 2017

Em 1874 foi baixado um Regulamento de Ensino no Exército que criava oficiais doutores engenheiros em Ciências Físicas e Matemáticas, com alternativa para valorizar o oficial, que desde 1816 até 1870 vivia em continuadas guerras externas e internas. Medida para os tornar bons partidos para casamentos pois, até então casar com um deles simbolizava viuvez potencial sem direito a proteção previdenciária. E assim o Exército passou a ser liderado por oficiais bacharéis. Mas com a adoção do Regulamento de 1905 por oficiais e filhos de oficiais veteranos da Guerra do Paraguai, decorrente da Revolta da Vacina Obrigatória da Escola Militar em 1904, de manipulada por lideranças políticas civis. Regulamento de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo militar para o profissionalismo militar que até hoje impera e se desenvolve a cada dia. Profissionalismo militar voltado para a Segurança do Brasil interna e externa, São conclusões denunciadas pelos Marechais João Batista Mascarenhas de Moraes e Estevão Leitão de Carvalho e General Francisco de Paula Cidade. E o resultado foi a sua baixa operacionalidade do Exército na Guerra Civil 1893/95, na Revolta na Armada 1893/94 e na Revolta de Canudos em 1897, situações que foram resolvidas por lideranças **tarimbeiras** do Rio Grande do Sul. Sobre Canudos foram mobilizados 500 civis e a eles dado o posto de Alferes. Em decorrência dessa situação, teve início a REFORMA MILITAR 1898-1945, iniciativa do Gen João Nepomuceno Medeiros Mallet, Ministro da Guerra, e filho do Patrono da Artilharia. Ele criou em 1898 o Estado-Maior do Exército e a Fábrica de Pólvora sem fumaça em Piquete, SP, a pioneira na América do Sul, a qual passou a satisfazer a demanda do Exército e da Marinha, e não mais a importá-la. A situação na Europa, de previsível guerra, o que ocorreu em 1914/18, mostrou que o Exército não possuía reservas, pois era uma instituição de soldados profissionais. Em 7 set 1902 foi fundado em Rio Grande o primeiro Tiro de Guerra pelo depois Cel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes e, logo a seguir, o seu exemplo foi oficializado pelo Ministro de Guerra Hermes da Fonseca. Em 1905, o Marechal Hermes realiza com tropa de diversas categorias as célebres Manobras de Santa Cruz, reedição de Manobras na mesma área em 1885, lideradas pelo Conde D'Eu, que fora o seu Ajudante de Ordens. Na Grande Reforma do Exército em 1908, procedida pelo Marechal Hermes da Fonseca, surgiram a Lei do Serviço Militar Obrigatório, a Lei do Sorteio Militar, a Lei do Voluntariado Militar, a Lei da criação do Tiros de Guerra, a Criação de Brigadas Estratégicas, da Arma de Engenharia e a construção de quartéis modernos, e ainda a compra, na Europa, de fuzis **Mauser**, Metralhadoras **Madsen** e canhões **Krupp** com respectivas fabricas de munições instaladas ao lado da Escola Militar do Realengo. E de 1910/12, o EB enviou oficiais do Exército para cursos no Exército da Alemanha, o vencedor da Guerra Franco-Prussiana. De retorno ao Brasil, esses oficiais desenvolveram grande esforço reformador e passaram a ser denominados **Jovens Turcos** lembrando oficiais reformadores do Exército da Turquia. Em 1910 em Porto Alegre, foi criada a **Revista dos Militares** na 3ª Região Militar e entre seus



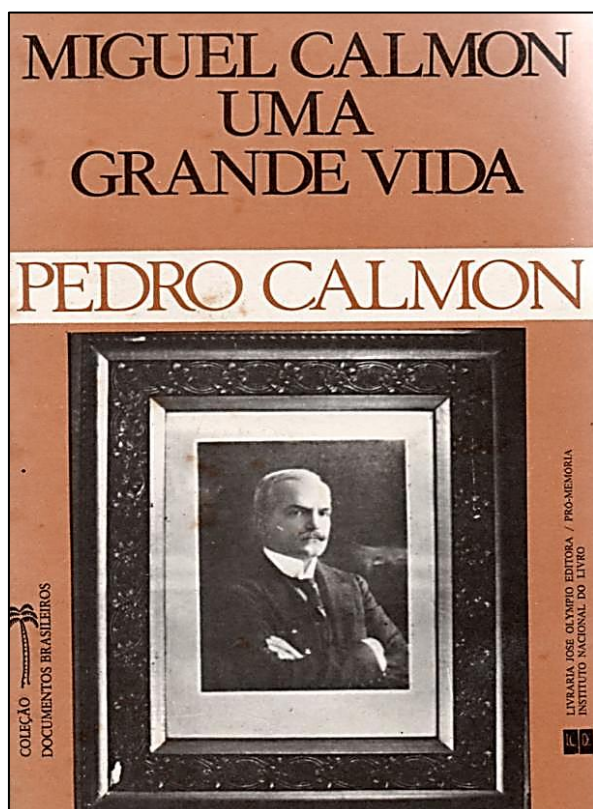
articulistas o Capitão Francisco de Paula Cidade que, junto com os oficiais “jovens turcos”, fundaram no Clube Militar em 20 de setembro de 1913 a Revista **A Defesa Nacional**. No Paraná e Santa Catarina de 1912/15 ocorreu a **Revolta do Contestado**, pacificada pelo Gen Fernando Setembrino de Carvalho o qual, em sua memória deste evento, revela os seus conhecimentos em Ciência e Arte Militar, apreendidos em obras francesas. E na Europa tinha início a **Grande Guerra**, que obrigava o Brasil a melhor se preparar militarmente. Em 7 de setembro de 1916 foi criada a **Liga da Defesa Nacional**, dois anos antes do término da 1ª Guerra Mundial e, ainda, neste ano, o término da **Revolta do Contestado**. Decorridos dois meses, em Dez 1916 foi instituído o **Serviço Militar Obrigatório** pelo presidente Wenceslau Braz, objeto do presente artigo. E em 1918, estando o Brasil em guerra, como aliado, das Forças que combatiam a Alemanha na Europa, foi enviada, em caráter sigiloso, uma equipe de 24 oficiais para combater na França, se familiarizarem com a doutrina militar aliada e indicar os melhores equipamentos a adquirir. O Gen Bento Carneiro Monteiro, Chefe do EME, selecionou em concurso um grupo de oficiais para instruir os alunos da Escola Militar, o que passou a História como **Missão Indígena 1919/21**, com vistas a evitar que a Missão Militar Francesa influísse na instrução dos futuros oficiais. Sobre o Centenário da de Fundação da Liga de Defesa Nacional acaba de ser lançada preciosa obra pela **Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul**, de autoria de Julio Cezar Benitez Teixeira, Marco Elias Danguí Pinheiro e Luiz Ernani Caminha Giorgis, meu parceiro em diversas obras da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil e presidente de sua filiada e federada no Rio Grande do Sul, a AHIMTB-RS - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara.



À esquerda, a obra sobre a LDN/RS e abaixo a obra de Pedro Calmon - **MIGUEL CALMON uma Grande Vida**, em 1983, para a qual, a pedido do autor concorremos com dados sobre a esposa de Miguel Calmon du Pin e Almeida, a rica estancieira pelotense Alice Porciúncula, cujos vultosos recursos através do marido financiou a campanha de Olavo Bilac pró Serviço Militar Obrigatório

A obra **LIGA DE DEFESA NACIONAL -RS**, publica uma síntese biográfica com fotos de todos os seus presidentes, desde o seu primeiro presidente, o Presidente do Rio Grande Dr. Borges de Medeiros. E nas p.141/172 históricas ilustrações de suas atividades. Nas p.181/256, sobre as **79 Corridas do Fogo Simbólico da Pátria**. E nas p. 85/86 evoca a obra imortal de Olavo Bilac de propaganda do **Serviço Militar Obrigatório no Brasil**. Olavo Bilac, hoje **Patrono do Serviço Militar Obrigatório** e do **Dia do Reservista**, comemorado na data

de seu nascimento. Foram criadores da LDN Rui Barbosa, Pedro Lessa, Miguel Calmon Du



Pin e Almeida<sup>1</sup> e o Presidente da República Wenceslau Braz. O outro Du Pin e Almeida, citado no livro, não corresponde ao Miguel Calmon fundador da **Liga de Defesa Nacional** e sim ao que escreveu Pedro Calmon no livro acima. Miguel Calmon, casado com a riquíssima Alice da Porciúncula, pelotense e com parentesco em Canguçu-RS minha terra natal onde, no início do século XX, na Florida, foi impresso um jornal, em pano de seda branca, em homenagem a Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Mas o equívoco original partiu do CPDOC/FGV que forneceu aos autores o nome errado. Forneceu o nome do sobrinho e não o do tio. Equívocos desta natureza são comuns como o de João Simões Lopes Neto ao escrever em 1912, no centenário das freguesias de Pelotas e Canguçu, baseado em falsa informação de um conferencista pelotense na Biblioteca Pública de Pelotas que falou e escreveu que em Canguçu Velho

foi a sede da primeira redução jesuítica. Pois confundira os rios Camaquã e Piratini, tributários das Lagoa dos Patos e do Canal São Gonçalo, com os tributários do rio Uruguai, entre os quais os jesuítas fundaram São Nicolau, a primeira redução jesuítica.

Pedro Calmon meu querido mestre, que sempre me estimulou desde 1970, ao escrever o meu 1º livro as **Batalhas dos Guararapes**, que registra dados genealógicos, à p 6869 da rica esposa de Miguel Calmon, esquecida entre os que lutaram pelo Serviço Militar Obrigatório e cuja fortuna financiou a campanha de Olavo Bilac. Alice tinha origem, como o pai, no tenente miliciano que comandou em 1812 o Forte de Santa Tereza e como major e coronel participou da invasão da Cisplatina por D. Diogo de Souza. Personagens que abordo em meu livro **A Guerra da Restauração do Rio Grande** hoje disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org](http://www.ahimtb.org). **Recordar é reviver!** Foi com satisfação que em dedicatória do livro de Pedro Calmon que me ofertou ele registrou esta dedicatória de próprio punho:

***Ao querido confrade, Coronel Claudio Moreira Bento, cordial homenagem e à cultura rio-grandense, a que o amigo se dedica e que nos revelou a alta qualidade do espírito de Alice Miguel Calmon, grande pelotense. Pedro Calmon, Rio 7.12.1983.***

Foi com satisfação que vi no valioso livro da **Liga de Defesa Nacional-RS** a participação dos acadêmicos da FAHIMTB Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Dr. Eduardo Cunha Muller e Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia.

Creio que este meu artigo sobre a adoção do **Serviço Militar Obrigatório** e o Livro da **LDN-RS sobre o Centenário da Liga de Defesa Nacional** resgatem para as gerações do presente do futuro esta grande luta vencida, a adoção do Serviço Militar Obrigatório e os brasileiros que se destacaram nesta luta. Aqui cumpre-me destacar duas

<sup>1</sup> **Nota do Editor:** como são três pessoas homônimas, refere-se ao Engenheiro nascido em Salvador em 1879 e falecido no Rio de Janeiro em 1935, um dos principais fundadores da LDN. O primeiro deles, nascido em 1796 em Santo Amaro, BA, foi visconde com grandeza e Marquês de Abrantes.

personalidades: o Presidente Wenceslau Braz, em cuja presidência em 1914-18, teve como Ministro da Guerra o Marechal Caetano de Farias e o como Chefe da Casa Militar o General Augusto Tasso Fragoso. Wenceslau Braz em cujo governo a Defesa Nacional tomou grande impulso. Enfrentou e pacificou a Revolta do Contestado 1912/16, declarou guerra à Alemanha, enviou para o Teatro da 1ª Guerra Mundial uma Esquadra Brasileira, uma Missão Médica e uma Comissão, já citada, composta de 24 oficiais, estimulou a criação da Liga de Defesa Nacional e o Sorteio Militar. E por fim extinguiu a Guarda Nacional e tornou as Polícias Militares reserva do Exército. Razão pela qual, como comandante do 4º BE Cmb em Itajubá, haveremos proposto como sua denominação histórica **Batalhão Presidente Wenceslau Braz**, unidade que ele conseguiu levar para Itajubá e esteve presente no lançamento da pedra fundamental da atual caserna. Mas o Secretário do Exército conseguiu impor a denominação de **Pontoneiros da Mantiqueira**. Foi obra notável de Wenceslau Braz um civil, tendo por Ministro da Guerra o Marechal Caetano de Farias, cuja obra havia sido esquecida e que resgatei com enormes dificuldades no artigo citado na bibliografia. E ele, antigo professor no Casarão da Várzea, esteve presente na cerimônia do **1º Sorteio Militar** que aqui abordamos, bem como antes, na **Fundação da Liga de Defesa Nacional**.

**História é Verdade e Justiça**, o que tentamos fazer em relação ao Presidente Wenceslau Braz, ao seu Ministro da Guerra e à gaúcha Alice Porciúncula, esposa de Miguel Calmon de Pin e Almeida, que patrocinou a Campanha de Olavo Bilac.

Atribui-se a Napoleão este pensamento: ***O sucesso de um empreendimento depende de quatro coisas: 1ª - uma boa ideia; 2ª - dinheiro; 3ª - dinheiro; e 4ª - dinheiro.***

E foi a fortuna da gaúcha Alice, mulher de Miguel Calmon que patrocinou a vital e vitoriosa campanha de Olavo Bilac o que Pedro Calmon abordou em seu livro, com o qual colaboramos.



#### Você sabia que:

Na 2ª Guerra Mundial, na Campanha da África, nas operações pela posse de Tobruk (desfiladeiro de Halfaya), o então Gen Rommel, comandante do Afrika Korps, necessitando de um comandante para uma determinada fração da 15ª Divisão Panzer designou...um padre? Sim, o Reverendo Wilhelm Bach, antigo pastor de Baden “cujas qualidades militares agradavam muito a Rommel”

(Latimer, Jon et Laurier, Jim. Tobruk, 1941 – Rommel’s Opening Move. Londres: Osprey Publishing, 2002, p. 70)



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis

AHIMTB/RS

[lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com)

Visite os nossos sites:

[www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)

[www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

